

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A NÃO DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL E CHILE (1994-2017): UM OLHAR A PARTIR DA PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM.

Pesquisador(es): RECALCATTI, Sayonara; FURLIN, Neiva

Instituição de Ensino Superior/Curso: Programa de Pós-Graduação em Educação, UNOESC.

Área: Ciências da educação.

Introdução: O presente trabalho integra o projeto de iniciação científica financiado pelo UNIEDU/FUMDES, intitulado “A transversalidade de gênero nas políticas educacionais: uma análise comparativa a partir dos Planos de Políticas para as mulheres do Brasil e do Chile. Vale recordar que a partir da década de 1970 as desigualdades de gênero ganharam notoriedade, sendo consideradas um problema social. Assim, tal fenômeno passou a ter maior visibilidade. Nesse cenário, por meio da relação entre Estado e Sociedade surgiram mecanismos institucionais, com a função de elaborar e implementar políticas públicas com perspectiva de gênero nas diferentes áreas de atuação do governo, como uma estratégia para produzir novas práticas e reduzir as desigualdades de gênero. Assim, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no Brasil, e o Serviço Nacional da Mulher (SERNAM), no Chile, elaboraram Planos de Ação, nos quais um dos eixos se referia ao campo da educação. **Objetivo:** Portanto, este estudo teve como objetivo analisar as proposições de políticas educacionais para a não discriminação de gênero nos Planos Nacionais do SERNAM, no Chile, e da SPM, no Brasil, no período de 1994-2017, identificando as especificidades e aproximações, e como essas respondem às exigências da Plataforma de Ação de Pequim, documento final da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995. Isto é, busca-se analisar como os países incluíram as medidas desse documento em seus planos governamentais, em vista da construção da igualdade de gênero, da superação da discriminação e da violência contra as mulheres a partir da Educação. **Método:** Trata-se de um estudo qualitativo com base documental, em que se tomou os três últimos Planos Nacionais de Políticas

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



(PNPs) para a igualdade de gênero do Brasil e do Chile. Adotamos como metodologia uma perspectiva comparativa a partir dos pressupostos teóricos de Badie e Harmet (1993), cujo método possibilita comparar fenômenos sociais que pertencem à mesma categoria, em contextos diferentes, com o intuito de explicar a sua gênese e suas diferenças de configuração ou de arranjos. Na coleta dos dados realizamos o agrupamento das ações dos PNPs do Brasil e do Chile, que estavam no eixo Educação, segundo as medidas propostas pela Plataforma de Ação (subtemas) de acordo com cada objetivo estratégico (categoria temática). Dos seis objetivos estratégicos do eixo para Educação, da Plataforma de Ação, priorizamos analisar as ações dos planos que se referiam ao objetivo "Estabelecer sistemas não discriminatórios de educação e capacitação". Posteriormente realizamos a análise comparativa das propostas de políticas educacionais com perspectiva de gênero, constatando as particularidades e como cada país incorporou as medidas da Plataforma de Ação. **Resultados:** Entre as ações projetadas nos Planos de Políticas, o Brasil se destaca mais que o Chile na proposição de políticas com perspectiva interseccional ou voltadas para impactar sobre os diferentes marcadores sociais da diferença, que tendem a acentuar os processos de exclusão e de discriminação social entre as mulheres, sobretudo pela questão de raça/etnia. Por outro lado, o Chile tem maior destaque nas ações que impactam sobre a educação de meninos e meninas, desde a tenra idade, visando a construção de uma cultura com igual atribuição nas responsabilidades familiares. Na medida em que trata de programas de formação e material para docentes na perspectiva de gênero, observa-se que enquanto no Chile se pontua a necessidade incorporar conteúdos de gênero na formação inicial e continuada dos professores, no Brasil se dá ênfase para a formação continuada, por meio de programas específicos. É preciso destacar que algumas dessas especificidades estão relacionadas aos contextos em que essas ações foram formuladas, uma vez que os planos de políticas são elaborados em cenários distintos e em tempos cronológicos diferentes. **Conclusão:** Constatamos avanços nas políticas com perspectiva de gênero no século XXI, tanto no Brasil quanto no Chile, com distintas especificidades. A incorporação de ações para a não

- XXVII Seminário de Iniciação Científica
- XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE



discriminação de gênero no campo educacional, mostram que esses países se comprometeram com as medidas da Plataforma de Ação de Pequim. Sendo assim, conclui-se que houve avanços significativos após os 25 anos da Plataforma de Pequim, a qual se originou da IV Conferência Mundial das Mulheres de 1995, em que Brasil e Chile foram signatários. Contudo, ainda não conquistamos a igualdade de gênero, uma vez que permanecem processos de discriminação e de violência contra as mulheres, o que demonstra a necessidade da continuidade de políticas educacionais com perspectiva de gênero. Questão essa, que no atual cenário não parece ser possível porque o termo gênero na educação se tornou uma disputa política e uma estratégia reacionária. Ou seja, de estratégia de política pública, que visava a construção de uma cultura igualitária, com inclusão social e respeito às diversidades, a perspectiva de gênero foi instrumentalizada para produzir pânico moral e fortalecer os modelos da cultura patriarcal heteronormativa. Os compromissos jurídicos firmados com a Plataforma de Ação de Pequim, com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e, recentemente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), parecem não suprir efeitos, quando se instaura no poder uma política neoliberal combinada com os valores do neoconservadorismo.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Gênero. Plataforma de Ação. Não discriminação.

E-mails: Sreccattti36@gmail.com, neiva.furlin@unoesc.edu.br